

# Presença dos Temas Gênero e Sexualidade no Curso de Pedagogia de uma Universidade Pública Paulista na perspectiva dos(as) graduandos(as)

**Matheus Estevão Ferreira da Silva**  
**Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo**

**Como citar:** SILVA, Matheus Estevão Ferreira; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Apresentação. *In:* SILVA, Matheus Estevão Ferreira; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Gênero, Cidadania e Educação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p.269-292. DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-365-6.p269-292>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# PRESENÇA DOS TEMAS GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURSO DE PEDAGOGIA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA PAULISTA NA PERSPECTIVA DOS(AS) GRADUANDOS(AS)<sup>1</sup>

*Matheus Estevão Ferreira da Silva*  
*Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo*

## INTRODUÇÃO

Neste capítulo, abordam-se resultados parciais de uma pesquisa concluída, desenvolvida entre os anos de 2017 e 2018, que recebeu financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)<sup>2</sup>. Nela, teve-se como objetivo investigar a formação de

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste texto foi apresentado no evento VI Congresso Internacional Sexualidade e Educação Sexual (CISES), realizado entre 12 a 15 de outubro de 2021.

<sup>2</sup> A pesquisa teve como título *Educação em direitos humanos, gênero e sexualidades, e desenvolvimento moral na formação docente: conhecimentos, concepções e condutas de graduandos(as) em Pedagogia de uma universidade pública do estado de São Paulo*, financiada pela FAPESP pelo processo de n.º 2017/01381-9 e com vigência de 01/05/2017 a 31/12/2018 na linha de fomento de Programas Regulares de Bolsas no País em Fluxo Contínuo, e realizada sob orientação das Prof.<sup>as</sup> Dr.<sup>as</sup> Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alessandra de Moraes. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/170898/educacao-em-direitos-humanos-genero-e-sexualidades-e-desenvolvimento-moral-na-formacao-docente-co/>

graduandas(os) em Pedagogia sobre as temáticas de gênero e sexualidades e suas atitudes diante da diversidade sexual e de gênero na escola, ao mesmo tempo que as relacionando com sua formação ética do ponto de vista do desenvolvimento moral, nas abordagens kohlberguiana e neo-kohlberguiana (KOHLBERG, 1992; REST *et al.*, 1999).

Essa pesquisa dispôs de caráter tanto inédito, tendo em vista que não se encontrou na literatura consultada outro estudo com delineamento teórico e metodológico semelhante ao seu todo, quanto interdisciplinar, visto que se vinculou aos seguintes campos de estudos e conhecimentos: 1) Educação em direitos humanos, 2) Estudos de Gênero e 3) Psicologia do Desenvolvimento Moral.

O debate que se travava a nível nacional, no contexto da elaboração de políticas públicas, entre os anos de 2014 e 2015, foi o estopim para o desenvolvimento dessa pesquisa, em que se decidia a retirada dos termos *gênero e orientação sexual* dos Planos Municipais, Estaduais (PMEs e PEEs) e Nacional de Educação (PNE). Ao final, ambos os termos foram suprimidos e substituídos por uma redação mais genérica sobre desigualdades sociais. Esse episódio somou-se a tantos outros testemunhados em tempo recente que, desencadeados sucessivamente, caracterizaram uma atual conjuntura reacionária nas políticas públicas, sobretudo as educacionais<sup>3</sup>.

Diante daquela conjuntura política, vivenciada na história recente, ficou evidente a perseguição à presença desses e outros temas relativos à diversidade humana na Educação brasileira, o que já era apontado por pesquisas recentes da literatura (ORIANI, 2013; CASTRO, 2016), quanto às dificuldades para se efetivar, na escola principalmente, políticas públicas educacionais que os contemplam, como também pontuado em trabalho anterior (SILVA; BRABO; MORAIS, 2017).

Uma dessas políticas públicas deferidas legalmente no país que estão voltadas à diversidade é a Educação em Direitos Humanos (EDH), em

---

<sup>3</sup> Analisamos alguns desses *ataques* em trabalhos anteriores (SILVA; BRABO; SHIMIZU, 2019; SILVA; MACIEL; BRABO, 2019), tais como a retirada dos termos *gênero e orientação sexual* dos PMEs, PEEs e PNE, a criação da narrativa “ideologia de gênero”, a promulgação do Estado da Família em 2015, que postura que família se define apenas pela união de um homem com uma mulher e filhos desse casamento, e o veto dos cadernos do Programa Brasil sem Homofobia, na época referidos pejorativamente como “kit-gay”.

vigência desde o ano de 2006 (BRASIL, 2007; 2012; 2013). Nesse sentido, na pesquisa concluída, os temas gênero e sexualidades foram abordados como um problema da EDH.

Um dos documentos estruturantes da educação em direitos humanos no Brasil, o *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos* (PNEDH), prevê, como um dos objetivos dessa educação, a superação de desigualdades sociais presentes na realidade brasileira, muitas delas caracterizadas pela “[...] intolerância étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de *gênero*, de *orientação sexual*, de nacionalidade, de opção política, dentre outras.” (BRASIL, 2013, p. 21, grifos nossos).

Assim, além da temática homônima que seu nome carrega, a EDH é orientada de modo a contemplar outros temas, como gênero e sexualidades, os quais devem ser desenvolvidos juntos aos e na perspectiva dos direitos humanos. Logo, no trabalho pedagógico a ser desenvolvido a partir da Educação em Direitos Humanos, abordar gênero e sexualidades é tratar dos direitos dos sujeitos que protagonizam ambos os temas: mulheres e LGBTs<sup>4</sup>, além de outras questões relacionadas. Confirmada pela investigação empírica realizada, uma das hipóteses da pesquisa foi de que as chances de a EDH ser efetivada diminuem quando ela é acompanhada pelos temas de gênero e sexualidades, uma vez que sua abordagem nas instituições de ensino depende dos conhecimentos e das disposições de docentes, entre os(as) principais profissionais responsáveis por essa abordagem, para com ambos temas e seus sujeitos protagonistas.

No caso do curso de Pedagogia, que forma os(as) professores(as) que atuarão nos níveis de ensino da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, algumas pesquisas (ORIANI, 2011; CASTRO, 2016) demonstram certa insuficiência dessa formação em prepara-los(as) para trabalhar com os temas e, em especial, lidar adequadamente com o público da diversidade sexual e de gênero na escola.

---

<sup>4</sup> Neste texto usaremos da sigla LGBT para referenciar a diversidade sexual e de gênero LGBTQIA+, que inclui lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, *queers*, intersexuais, assexuais e etc. Historicamente nos Estudos de Gênero, foram as mulheres que primeiro protagonizaram as teorizações do campo e, somente depois, incluiu-se a população LGBT.

A atuação do(a) profissional em Pedagogia tem papel crucial para essa efetivação, pois a escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental I evidencia-se como o primeiro “[...] agente de socialização coletivo para com a diversidade fora do seio familiar, em que a educação em direitos humanos tem início. Se desde lá essa educação é prejudicada ou desvirtuada, os preceitos previstos por essa educação, definitivamente, não se consolidarão.” (SILVA; BRABO; MORAIS, 2017, p. 1279).

Na fase de investigação empírica da pesquisa, para cumprimento dos critérios e objetivos anunciados, utilizaram-se os seguintes instrumentos para coleta de dados no contexto da formação inicial em Pedagogia: grupos focais; um questionário, composto por perguntas abertas e dilemas morais na proposta kohlberguiana (BLATT; KOHLBERG, 1975); e o *Defining Issues Test 2* (DIT-2), instrumento quantitativo fechado e validado no Brasil de medida do juízo moral.

Tendo em vista a impossibilidade de se abordar todos os resultados alcançados com essa pesquisa, decidiu-se abordar somente os resultados obtidos com um dos instrumentos, o questionário, que se utilizou especificamente para investigar a formação em gênero e sexualidades. Assim, neste texto, como recorte dessa pesquisa<sup>5</sup>, tem-se como objetivo apresentar a visão dos(as) graduandos(as) em Pedagogia, de uma universidade pública paulista, sobre a presença dos temas gênero e sexualidades em sua na formação inicial proporcionada ao longo do curso.

Na época de realização da pesquisa, como parte do processo de fundamentação na literatura sobre gênero e sexualidades na formação em Pedagogia, realizamos uma revisão de literatura nas bases de dados *Portal de Periódicos da CAPES* (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e *SciELO* (*Scientific Electronic Library Online*). A partir disso, pudemos encontrar alguns artigos com propostas de investigação similares a do presente texto e os quais, amparando-o, merecem ser aqui mencionados. Mediante os descritores *gênero* e *Pedagogia* e delimitando a busca para trabalhos na língua portuguesa, no Portal de Periódicos da CAPES encontramos 18 trabalhos que compartilham esses descritores

---

<sup>5</sup> Os demais resultados encontrados com a pesquisa têm sido divulgados em outras produções já publicadas (SILVA, 2020; SILVA; BRABO; MORAIS, 2021; SOUZA; MOTA, SILVA, 2021) e em fase de publicação.

no título, sendo que apenas 02 deles (DINIS; CAVALCANTI, 2008; COSTA; RIBEIRO, 2011) compartilham da proposta de investigar a formação em gênero de graduandos(as) em Pedagogia. Com os mesmos descritores, no SciELO encontramos um total de 05 trabalhos, sendo também 02 específicos à proposta em comum, os mesmos encontrados na busca anterior.

Já com os descritores *sexualidade* e *Pedagogia* e com a mesma delimitação da língua e título, no Portal de Periódicos da CAPES foram encontrados 06 resultados e no SciELO 04 resultados, os mesmos artigos encontrados nas buscas anteriores com o descritor *gênero*. Junto ao caráter de ineditismo e interdisciplinaridade de nossa pesquisa, essa escassez de artigos que investigam a formação em gênero e sexualidades de graduandos(as) em Pedagogia também justificou sua relevância, evidenciando a necessidade de desenvolvimento de mais pesquisas sobre essa questão.

## MÉTODO

Como mencionado, a metodologia delineada compreendeu a aplicação de um questionário aberto elaborado durante a pesquisa<sup>6</sup>, em que parte das perguntas desse questionário interrogava o(a) respondente sobre se os temas gênero e sexualidades foram abordados no curso de Pedagogia, de modo a evidenciar quando e como foram abordados, se receberam uma formação intencional e sistematizada, se essa formação foi contínua e outros aspectos relacionados.

Ao todo, o questionário foi composto com o total de 18 perguntas abertas e 03 dilemas morais, sendo 04 dessas 18 perguntas (de número 10, 11, 15 e 17) as que questionam sobre aspectos curriculares do curso sobre gênero e sexualidades e cujas respostas e respectivas análises são abordadas neste texto.

---

<sup>6</sup> Conforme ressaltamos em trabalho anterior, “A elaboração desse questionário durante a pesquisa foi feita com base em quatro procedimentos: com base nos 1) resultados obtidos em duas sessões de grupo focal com graduandas(os) do mesmo curso que ambientou a pesquisa, momento precedente do trabalho de campo; na 2) literatura consultada dos temas abordados pelo instrumento, gênero e sexualidades; 3) nos questionamentos de dois juízes de instrumento; e na 4) aplicação de um teste piloto do questionário. Só depois de finalizados os quatro procedimentos desse momento preliminar do trabalho de campo, deu-se início à aplicação do questionário.” (SILVA; BRABO; MORAIS, 2021, p. 5).

Junto da literatura eleita sobre os temas (DINIS; CAVALCANTI, 2008; COSTA; RIBEIRO, 2011; ORIANI, 2013; PALMA et al., 2015; CASTRO, 2016; FURLANI, 2016b; LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016; VENTURINI; BARBOSA; SILVA, 2017), as respostas dadas para essas perguntas foram analisadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo (AC) (BARDIN, 2016) e da estatística descritiva. Bardin (2016, p. 14) define a AC como um conjunto de técnicas de análise, no plural, “[...] das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.”. Dessa pluralidade de técnicas que constitui a AC, utilizamos a chamada *análise categorial*. Com ela, seguindo seus procedimentos, geram-se categorias criadas a partir de *indicadores*, dos quais escolhemos os do *tipo tema*, extraídos de nosso *corpus* de análise, ou seja, extraídos das respostas dos sujeitos às perguntas.

Compuseram a amostra participante 165 graduandos(as) (N=165) do curso que ambientou a pesquisa, matriculados(as) nos anos inicial (primeiro) e final (quarto). Esse curso, além de ter sido escolhido por critério de conveniência, não dispunha de uma disciplina específica sobre esses dois temas na sua grade curricular. Por questões éticas, optamos por não divulgar o nome da universidade que tivera seu curso de Pedagogia investigado por nossa pesquisa, bastando saber que essa se trata de uma universidade pública localizada no estado de São Paulo.

Para caracterização do perfil desses sujeitos respondentes, no questionário havia ainda algumas perguntas fechadas para identificação das variáveis da amostra da pesquisa. A tabela disposta a seguir apresenta a contabilização das variáveis consideradas principais.

**Tabela 1** – Caracterização da amostra respondente do questionário

Variáveis	N.º de participantes
Ano de matrícula	92 (55,7 %) ingressantes 73 (44,3%) concluintes
Gênero	156 (94,5%) feminino 9 (5,5%) masculino
Período	60 (36,4%) matutino 105 (63,6%) noturno

É orientado ou desenvolve pesquisa sobre gênero	3 (1,8%) sim 162 (98,2%) não
Religião	17 (12,9%) Cristã 58 (43,9%) Católica 31 (23,5%) Evangélica 6 (4,5%) Espírita 1 (0,8%) Mórmon 1 (0,8%) Umbandista 7 (5,3%) Agnóstica 11 (8,3%) Ateísta
Raça-etnia	4 (3,0%) Amarela 73 (54,9%) Branca 46 (34,6%) Parda 10 (7,5%) Preta
<b>Total</b>	<b>165 (100%)</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Com a caracterização da amostra respondente do questionário (N=165), identificamos que esse público da pesquisa foi majoritariamente feminino (n=156; 94,5%), tendo em vista a consolidação do curso de Pedagogia como um espaço exclusivamente feminino na história da docência no Brasil, conforme argumenta Brabo (2005) sobre o processo de *feminização do magistério*. Também majoritariamente foram as(os) participantes matriculadas(os) no período noturno (n=105; 63,6%) e no primeiro ano do curso (n=92; 55,7%). Segundo a variável religiosidade, a maioria da amostra apresenta transcendência, vinculando-se ao Cristianismo (n=113; 85,6%), incluindo nesse dado todas as vertentes dessa religião citadas pelos sujeitos, como mostra a Tabela 1. Já em relação à variável de raça-etnia, a maioria se autodeclarou branca (n=73; 54,9%) e parda (n=46; 34,6%).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira das perguntas selecionadas do questionário foi a de número 10: “No curso de Pedagogia, já houve alguma menção a esses temas? Você se lembra de ter recebido alguma formação em relação a eles até o momento?”. Dos 165 graduandos(as) participantes, 109 sujeitos responderam-na (n=109). A partir da análise das respostas, mediante a AC, distinguiram-se três grandes categorias, referentes a como o(a) graduando(a) percebe a oferta dos temas em sua formação ao longo do curso de Pedagogia, as quais são retratadas no quadro disposto a seguir.

**Quadro 1** – Categorias representativas à percepção dos(as) graduandos(as) sobre a oferta dos temas gênero e sexualidade em sua formação ao longo do curso de Pedagogia

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>
<b>1. Formação satisfatória sobre os temas gênero e sexualidade</b> (17; 15,60%; n=109)	Sujeito 6 – Sim. Houve abordagens sobre os assuntos em algumas disciplinas, como por exemplo, por meio de temas de seminário, discussão em sala.
	Sujeito 60 – Sim, houve momento de muita reflexão, debates, opiniões. Sim, recebemos muitos conhecimentos em relação ao tema. Proveitoso e interessante. Assunto que não tem fim.
	Sujeito 144 – Sim. Todos os dias na disciplina de Gestão Educacional e em algumas discussões levantadas nos outros anos do curso
	Sujeito 156 – Sim, foi de grande interesse e válido, tirando dúvidas, e até preconceitos que possuía.
<b>2. Apenas menção aos temas, sem proporcionar formação sobre gênero e sexualidade</b> (56; 51,38%; n=109)	Sujeito 37 – Já houve por demanda de alunos, não lembro de ter recebido alguma formação até o momento.
	Sujeito 50 – Sim, mencionados na disciplina de Gestão por iniciativa da professora, mas tinha que ter em outras também.
	Sujeito 63 – Sim, houve menções, no sentido de conhecimento e respeito à diversidade seja ela qual for, mas não diria formação.
	Sujeito 67 – Algumas discussões, porém sem direcionamento, discussões informais
	Sujeito 101 – Sim, menção em uma disciplina, e em eventos na Universidade.

<b>3. Não houve formação ou sequer menção sobre os temas gênero e sexualidade</b> (36; 33,03%; n=109)	Sujeito 31 – Não, nunca foi mencionado.
	Sujeito 46 – Não, e não recebi nenhuma orientação.
	Sujeito 53 – Não. Até agora nenhum assunto a esse respeito foi abordado.
	Sujeito 73 – Não, não me lembro de ter entrado em contato com esses temas durante minha formação até aqui.
	Sujeito 99 – Não. Se teve, foi muito superficial.
	Sujeito 128 – Não me lembro de ter visto sobre estes temas no decorrer do curso.

Fonte: Dados da pesquisa

Com base no Quadro 1, a primeira dessas categorias, *Formação satisfatória sobre os temas gênero e sexualidade*, foi constituída pelas respostas de 17 sujeitos, que resultou em 15,60% da amostra que respondeu esta questão (n=109). As respostas dessa categoria demonstraram que os temas aparecem em momentos pontuais no curso ou em determinadas disciplinas (não específicas aos temas), além de que tais momentos puderam contribuir satisfatoriamente em sua formação.

A segunda categoria, intitulada *Apenas menção aos temas, sem proporcionar formação sobre gênero e sexualidade*, foi constituída por respostas de 56 sujeitos, correspondendo a 51,38% da amostra respondente. Nessa categoria, conflitante em relação à anterior, evidencia-se que os temas só chegaram a ser mencionados no curso, geralmente a partir da iniciativa de um(a) professor(a) ou de um(a) aluno(a) interessado(a), não parecendo fazer parte do currículo formal do curso. E mesmo quando aparece, não tem consistência, é superficial. Quanto à última categoria, *Não houve formação ou sequer menção sobre os temas gênero e sexualidade*, essa foi formada pela pelas respostas de 36 sujeitos, 33,03% da amostra respondente. Nela, as respostas trazem a percepção mais negativa dos(as) graduandos(as) sobre sua formação em gênero e sexualidades no curso, que parece ser inexistente.

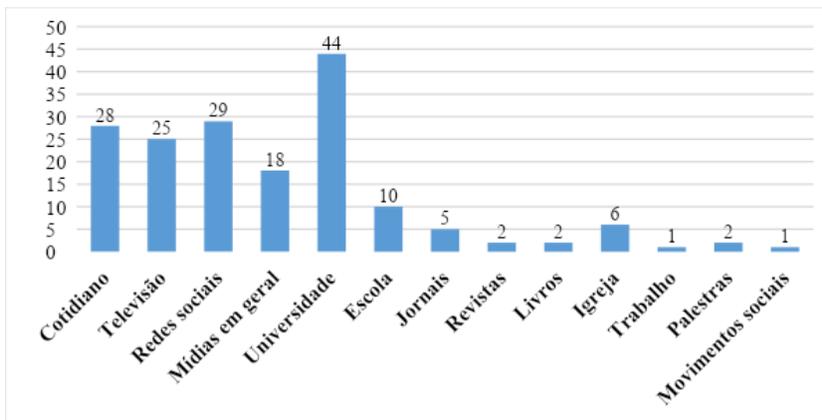
Apesar de que na literatura cada vez mais se reporta experiências bem-sucedidas no trabalho com os temas na formação de professores(as), elas ainda não representam uma realidade hegemônica, que na verdade continua marcada pela não abordagem ou presença dos temas nos cursos de formação (COSTA; RIBEIRO, 2011; ORIANI, 2013; SILVA;

BRABO; MORAIS, 2021), evidenciando “[...] a necessidade de maior espaço no currículo de formação em Pedagogia para discussão dos temas sexualidade e gênero.” (DINIS; CAVALCANTI, 2008, p. 99). Ademais, a primeira categoria, que argumenta sobre uma formação satisfatória no curso investigado, mostra-se conflitante com as duas categorias seguintes, que argumentam sobre essa formação estar prejudicada ou, até, inexistir, considerando que os sujeitos cujas respostas as constituíram são estudantes de um mesmo curso de graduação e, ainda, matriculados(as) tanto no seu ano inicial como no final.

A pergunta seguinte foi a de número 11: “Você já tinha pensado sobre esses temas, gênero e sexualidade, ou visto em algum lugar? Se sim, onde?”. Quanto à primeira parte dessa pergunta, 92 sujeitos assinalaram já ter pensado ou ter visto os temas anteriormente (83,64%), enquanto 18 sujeitos assinalaram que não pensaram e nem os viram antes (16,36%). O restante dos 165 graduandos(as), 55 sujeitos, não respondeu essa pergunta, totalizando 110 respondentes nessa pergunta (n=110).

Para se saber onde os 92 sujeitos já tinham visto os temas, recorreu-se à análise de suas respostas mediante a AC. O gráfico representado pela figura a seguir apresenta a categorização dessas respostas em “meios de contato” que foram mencionados pelos(as) graduandos(as) em relação aos temas.

**Figura 1** – Meios de contato que os(as) graduandos(as) em Pedagogia tiveram em relação aos temas gênero e sexualidade



Fonte: Dados da pesquisa

A partir da Figura 1, observa-se uma variedade de meios em que os(as) graduandos(as) tiveram e têm contato com os temas, sendo 13 tipos de meios diferentes, os quais não se limitam ao ambiente universitário e ao curso de Pedagogia – conforme a pergunta anterior, em que 17 sujeitos afirmaram já ter recebido formação e 56 afirmaram que os temas já foram mencionados. Vários(as) dos(as) 92 respondentes citaram mais de um meio, assim, no total, os 13 meios de contato foram citados 173 vezes.

A Univesidade foi o meio mais citado, por 44 sujeitos, que concerniu a 25,43% dos(as) respondentes (n=92). Em seguida, os mais citados foram: redes sociais, por 29 sujeitos (16,76%), cotidiano, por 28 sujeitos (16,18%), televisão, por 25 sujeitos (14,45%), mídias em geral, por 18 sujeitos (10,40%), escola, por 10 sujeitos (5,78%), igreja, por 06 sujeitos (3,47%), jornais, por 05 sujeitos (2,89%), livros, por 02 sujeitos (1,16%), palestras, por 02 sujeitos (1,16%), revistas, por 02 sujeitos (1,16%), movimentos sociais, por 01 sujeito (0,57%) e trabalho, por 01 sujeito (0,57%).

Primeiro, cabe ressaltar que esse resultado demonstra que não se pode apenas responsabilizar a universidade pela formação em gênero e sexualidades de seus(suas) graduandos(as), visto que essa não depende apenas e nem se restringe ao ambiente universitário, mas que se mantém receptível a outros meios que a interferem e a influenciam, como também compreendem Castro (2016) e Lins, Machado e Escoura (2016). Nesse sentido, percebeu-se a influência de outros meios na formação dos(as) participantes, não diretamente relacionados com a universidade, como revistas (não-científicas), televisão, igreja e mídias em geral. Alguns deles, no entanto, mostraram-se preocupantes, uma vez que:

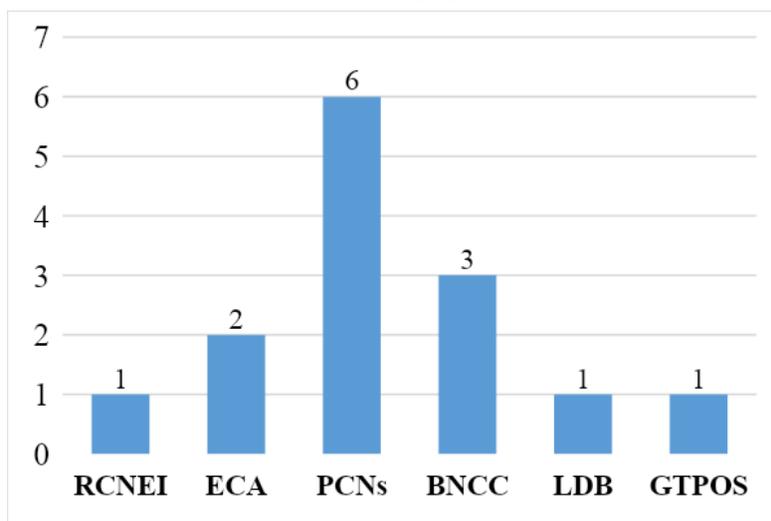
[...] a formação docente inicial se insere no conjunto de mecanismos vinculados a contextos sociais, culturais e históricos específicos, que colocam em ação certas estratégias por meio das quais as estudantes de Pedagogia em formação produzem ou transformam [...] suas experiências com os gêneros e as sexualidades. (CASTRO, 2016, p. 207).

Em outras palavras, preocupa-se no sentido de que esses outros meios apresentem visões conflitantes em relação à presença e discussão de gênero e sexualidades na Educação pleiteadas pelas políticas públicas de direitos humanos mencionadas (BRASIL, 2007; 2012; 2013), assim como pela literatura especializada, meios outros que mais desinformam e distorcem a compreensão dos(as) graduandos(as) sobre os temas do que acrescenta em sua formação como futuros(as) pedagogos e pedagogas.

Há de se ter em vista que esses meios podem refletir a referida conjuntura de ataques *anti-gênero* às políticas públicas educacionais, como visto no episódio dos Planos de Educação entre 2014 e 2015, que impulsionou a disseminação em massa de falácias à sociedade civil em relação a gênero, sexualidades e outros temas relativos à diversidade. Dessas falácias, pode-se citar a narrativa “ideologia de gênero” (FURLANI, 2016b; SILVA; BRABO; MORAIS, 2017), sustentada por confusões e usos inadequados dos estudos de gênero, cujo principal propósito é “[...] deslegitimar e desarticular as pautas de Direitos Humanos e da população cujas sexualidades e expressões de gênero são dissidentes da cis-heteronormatividade.” (SOUZA; MOTA; SILVA, 2021, p. 277).

A pergunta seguinte foi a de número 15: “Você conhece algum documento que prevê esses temas na educação escolar? Se sim, qual?”. 14 dos(as) graduandos(as) assinalaram que conhecem documentos oficiais (13,33%), enquanto 91 graduandos(as) assinalaram não os conhecer (86,66%), totalizando 105 sujeitos que responderam essa questão (n=105). Para se saber quais os documentos conhecidos por esses(as) 91 graduandos(as), aplicou-se a AC em suas respostas. O gráfico representado pela figura a seguir apresenta os documentos citados pelos(as) graduandos(as).

**Figura 2** – Documentos oficiais que preveem os temas gênero e sexualidade na educação escolar conhecidos pelos(as) graduandos(as) em Pedagogia



Fonte: Dados da pesquisa

Ao todo, foram 06 documentos diferentes mencionados. Porém, um número ínfimo dos 91 sujeitos citou algum documento que, antes, tinha assinalado conhecer, sendo somente 14 citações, o que colocou em dúvida a veracidade do dado anterior. Ou seja, questiona-se se os 86,66% da amostra respondente realmente conhecem documentos oficiais que preveem os temas gênero e sexualidades na educação escolar.

Os 06 documentos citados foram: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), citados por 06 sujeitos (42,86%), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), citado por 03 sujeitos (21,43%), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), citado por 02 sujeitos (14,29%), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), citada por 01 sujeito (7,14%), o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS), citado por 01 sujeito (7,14%), e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), citado por 01 sujeito (7,14%).

Os PCNs (BRASIL, 1997) e RCNEI (BRASIL, 1998) são referenciais elaborados pelo Governo Federal ainda na década de 1990, para orientar o currículo das escolas brasileiras, respectivamente a cada documento, do primeiro ciclo do Ensino Fundamental e de Educação Infantil. A LDB de 1996 (BRASIL, 2015), por sua vez, é a lei magna da Educação no Brasil, que define e regulariza o sistema educacional brasileiro com base nos princípios da Constituição Federal. O ECA (BRASIL, 1990) é um conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro para proteção integral da criança e do adolescente. A BNCC (BRASIL, 2017), a mais recente dessas legislações citadas, é um documento normativo obrigatório para as escolas, nos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, para elaboração de seus currículos e propostas pedagógicas. Por último, o GTPOS é, na verdade, uma organização não governamental fundada por psicólogos(as), psicanalistas e pedagogos(as) interessados(as) no estudo das questões de sexualidade, não sendo uma legislação como os demais citados pelos(as) graduandos(as).

Todos esses documentos, de alguma forma, trazem os temas gênero e sexualidades, seja de forma direta ou indireta, prevendo-os no currículo das instituições de ensino brasileiras. Os PCNs, especificamente, é o mais explícito quando propõe os *temas transversais* a serem articulados aos conteúdos tradicionais (Matemática, Línguas, Ciências, etc.), sendo um desses temas transversais o de *Orientação Sexual* (BRASIL, 1997), ainda que essa sua proposta em relação a gênero e sexualidades se encontre, hoje, desatualizada em diversos sentidos (PALMA et al., 2015).

Nesse documento,

A temática da sexualidade, que poderia ser trabalhada através da estimulação da reflexão sobre uma “norma” heterossexual existente em nossa sociedade, que elimina a existência de uma diversidade de relacionamentos, não é mencionada. Quando se trata de diversidade nos PCNs, o que aparece é a palavra como sinônimo de ‘múltiplas facetas’ e nunca relacionada à sexualidade. Homossexualidade vai aparecer de modo rápido e vinculado com a ideia de que não devemos ter preconceitos nem discriminar o diferente. Em nenhum momento aparece a necessidade de promover momentos

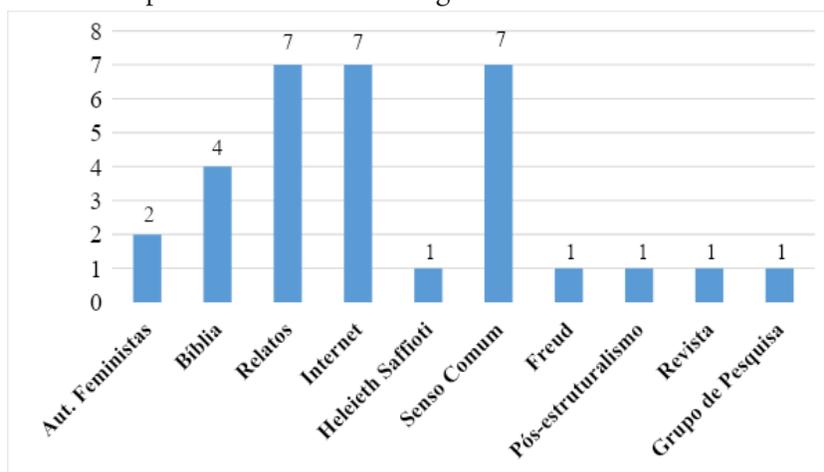
de reflexão para que possa ser pensado o desejo direcionado para a pessoa do mesmo sexo. Muito menos que existem diversas maneiras de se constituir uma família, e dentre elas famílias constituídas por dois pais ou duas mães. (PALMA et al., 2015, p. 737).

Não obstante, como ressaltam Silva, Brabo e Shimizu (2019) e Silva, Maciel e Brabo (2019), os documentos oficiais de Educação mais atuais e, por conseguinte, as políticas públicas que foram sendo desenvolvidas em subseqüência aos PCNs, foram submetidas aos ataques *anti-gênero* (SOUZA; MOTA; SILVA, 2021), dada a conjuntura política reacionária que se formou nos últimos anos, que resultou em censuras e supressões dos temas gênero e sexualidades nesses documentos. O mais recente resultado desses ataques pode ser conferido com a controversa BNCC, que também censurou os temas em seu texto, como ressaltam Venturini, Barbosa e Silva (2017, p. 7): “O PNE (2014) [...] e o BNCC (BRASIL, 2017) demonstram retrocessos em relação a gênero e orientação sexual.”.

Além disso, é importante enfatizar a infimidade de documentos conhecidos e de menções que os(as) graduandos(as) fazem a esse campo normativo que prevê os temas gênero e sexualidades no sistema educacional brasileiro, o que evidencia o seu desconhecimento e reafirma a carência de uma formação em relação aos temas propiciada ao longo da graduação em Pedagogia.

A pergunta seguinte do questionário, e a última abordada neste texto, foi a de número 17: “Você utiliza de algum referencial teórico ou outro tipo de referência para pensar sobre tais questões? Se sim, qual?”. 23 graduandos assinalaram partir de referenciais para conceber os temas gênero e sexualidades (21,90%), enquanto 82 assinalaram que não (78,10%), totalizando 105 respondentes (n=105). Para se saber quais os referenciais que 23 sujeitos partem, recorreu-se à AC. Elaborou-se o gráfico representado pela figura a seguir que apresenta os referenciais citados pelos(as) graduandos(as).

**Figura 3** – Referenciais que utilizam os(as) graduandos(as) em Pedagogia para conceber os temas gênero e sexualidades



Fonte: Dados da pesquisa

Com base na Figura 3, observa-se que foram 10 referenciais diferentes mencionados. Considerando que parte dos(as) 23 graduandos(as) citou mais de um referencial, ao todo eles tiveram 32 citações. Os referenciais citados foram: internet, citado por 07 sujeitos, que concerniu a 21,88% das citações; relatos de vida, citados por 07 sujeitos (21,88%); senso comum, citado por 07 sujeitos (21,88%); Bíblia, citada por 04 sujeitos (12,50%); autoras feministas, citadas por 02 sujeitos (6,25%); Heleieth Saffioti, citada por 01 sujeito (3,13%); Freud, citado por 01 sujeito (3,13%); pós-estruturalismo, citado por 01 sujeito (3,13%); revistas, citadas por 01 sujeito (3,13%); e Grupo de Pesquisa, citado por 01 sujeito (3,13%).

Com esse dado, em que somente 23 graduandos assinalaram partir de referenciais, reafirma-se a constatação de que não são apresentados aos(as) estudantes referenciais científicos, comprometidos com um projeto de Educação para a inclusão e respeito à diversidade, no seu curso, referenciais dos quais poderiam se fundamentar em sua atuação futura como pedagogos(as). Apenas os referenciais “autoras feministas”, “Heleieth Saffioti”, “Pós-estruturalismo” e “Grupo de Pesquisa” mais potenciais para

fundamentar as concepções e práticas dos(as) graduandos(as) quando desenvolverem um trabalho pedagógico que aborde gênero e sexualidades na escola. Os demais referenciais citados ou são propriamente de senso comum ou são questionáveis de acordo com o conteúdo sobre gênero e sexualidades que neles são veiculados.

No caso das autoras feministas, sendo a socióloga e educadora brasileira Heleieth Saffioti (1976) uma delas, elas foram responsáveis, desde a década de 1970 em âmbito global, pela apropriação do conceito de gênero que se desenvolvia naquela época sobre as construções sociais em torno das diferenças sexuais, diferenciando o biológico (sexo) do social (gênero). Com isso, passaram a utilizar o gênero como categoria de análise para explicar e denunciar as iniquidades que as mulheres foram submetidas historicamente. Nesse processo, outras temáticas associaram-se às teorizações feministas de gênero, entre elas a temática de sexualidades.

Sob influência da formação do *Movimento Gay* mundial (hoje conhecido por Movimento LGBT), formação simbolicamente marcada com o evento *Stonewall Uprising* em 1969, o conceito de gênero foi, posteriormente, expandido nas teorizações feministas para também contemplação das pessoas LGBT, ou seja, das pessoas cujas expressões de gênero e sexualidade são dissidentes da cis-heteronormatividade. Essa associação de temáticas no âmbito dos Estudos de Gênero, e o estudo dela, passou a ser conhecido como *interseccionalidade* (NOGUEIRA, 2017).

Consideramos o referencial teórico de orientação feminista, assim como Furlani (2016a, p. 40) também considera, como o mais adequado para subsidiar a formação em gênero e sexualidades dos(as) graduandos(as), porque “[...] entendemos que os Estudos Feministas de gênero (em suas múltiplas perspectivas teóricas, mas que têm em comum o caráter político de igualdade) podem se constituir numa produtiva referência e serem adotados como bússola nas discussões acerca dos gêneros”. Dessa forma, quanto mais sua formação estiver subsidiada por conhecimentos científicos emancipatórios – no caso, provindo de uma Ciência comprometida com um projeto emancipatório, preferencialmente feminista (HARDING; 1986; NOGUEIRA; 2017) –, mais são as chances de sua prática pedagógica, oriunda dessa sua formação, ser satisfatória no tratamento da diversidade

sexual e de gênero na escola e no desenvolvimento de um trabalho que aborde o tema.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste capítulo, analisou-se a oferta dos temas gênero e sexualidades em um curso de Pedagogia pela perspectiva dos(as) seus(as) estudantes. Com base nas análises dos dados coletados pelo questionário, percebeu-se que, apesar de gênero e sexualidades serem retratados aos(as) estudantes a partir das grandes mídias e, em algum momento, também serem evidenciados dentro da universidade, como em eventos científicos e culturais, não é oferecida uma formação sistematizada no curso, seja em modalidade disciplinar ou em modalidade transversal.

Cabe ressaltar que em análises das respostas coletadas em outras perguntas do questionário de nossa pesquisa (SILVA, 2020; SILVA; BRABO; MORAIS, 2021; SOUZA; MOTA, SILVA, 2021), viu-se que as concepções dos mesmos sujeitos sobre os temas gêneros e sexualidades e sobre sua importância são, em sua maioria, pouco potenciais para o desenvolvimento de um trabalho que os aborde em sua futura atuação profissional, sem que tenham condições de promoverem o referido projeto de Educação previsto pelo campo normativo curricular (BRASIL, 2007; 2012; 2013). E de acordo com as respostas da pergunta de número 10, que interrogava sobre se já receberam alguma formação acerca dos temas, os(as) próprios(as) estudantes pareceram reconhecer essa inaptidão, que seu curso de formação inicial não os(as) têm preparado para isso ou sequer para informá-los de sua importância. Constataram-se essas mesmas queixas entre os(as) graduandos(as) matriculados(as) tanto no primeiro como no último ano do curso.

Os meios pelos quais os(as) graduandos(as) tiveram contato com os temas e os referenciais dos quais partem para concebê-los mostraram-se, no mínimo, preocupantes. Como mencionado, embora a universidade apareça como um desses meios e alguns referenciais científicos e emancipatórios também se façam presentes, a maioria dos meios e referenciais apontada

mais desinforma e distorce a compreensão real dos temas do que soma à formação dos(as) graduandos(as).

Em alguns desses meios de contato, por exemplo, encontram-se discursos que ridicularizam e criminalizam a diversidade sexual e de gênero, como se pode observar quando são palco para a disseminação de falácias como a de “ideologia de gênero”. Preocupante, também, é o dado de que há graduandos(as) que partem de sua crença religiosa, citando a Bíblia como seu referencial, para conceber temas como gênero e sexualidades, mesmo estando em preparo para atuarem como profissionais de Pedagogia, atuação que requer fundamento em bases científicas e compromissadas como um projeto político de inclusão da diversidade e igualdade de direitos.

A escassez de documentos que preveem os temas na educação escolar conhecidos pelos(as) graduandos(as) reafirmou todos esses resultados, que apontam para a presença exígua, ou até inexistente, de uma formação em gênero e sexualidades sistematizada proporcionada no curso de Pedagogia investigado.

A partir desses resultados, ora apresentados, demos início a um Programa de Pesquisa, iniciado com a pesquisa de Iniciação Científica (IC) concluída aqui tratada, e continuado com duas pesquisas seguintes, uma a nível de Mestrado Acadêmico<sup>7</sup>, concluída em 2020, e outra a nível de Doutorado<sup>8</sup>, iniciada em 2023 e em andamento, na qual se procura obter maiores contribuições sobre o estado da formação da Educação Superior, nos aspectos ético, em gênero e sexualidades, e pistas de como melhorá-la. Nessas pesquisas seguintes, expandiram-se suas investigações para

---

<sup>7</sup> Essa pesquisa, intitulada Competência moral, gênero e sexualidades, e religiosidade na formação inicial pública e privada paulista em Pedagogia e Psicologia, contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo processo de n.º 131735/2020-9, no período de 01/03/2020 a 31/10/2020, e no momento conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo processo de n.º 2020/05099-9, com previsão de vigência de 01/11/2020 a 31/01/2022, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Unger Raphael Bataglia e co-orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/196030/competencia-moral-genero-e-sexualidades-e-religiosidade-na-formacao-inicial-publica-paulista-em-peda/>.

<sup>8</sup> Essa pesquisa tem como título provisório Deficiência, gênero e sexualidades, desenvolvimento moral e religiosidade na formação inicial pública em Pedagogia das cinco regiões brasileiras: estudos de casos múltiplos e validação de instrumentos, com previsão de vigência de março de 2023 a fevereiro de 2027, e desenvolvida sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo.

outros cursos de graduação junto ao de Pedagogia – como a graduação em Psicologia que se investigou no Mestrado – e cujos profissionais que formam também poderão ter contato com a diversidade sexual e de gênero.

Nelas, temos buscado dar ênfase às variáveis curriculares, analisando a grade curricular e o Projeto Político-Pedagógico dos cursos de graduação investigados, assim como atendo-se a documentos oficiais gerais da Educação Superior, que não foram objeto de análise da pesquisa anterior de IC, aqui tratada, que se ateu somente aos documentos oficiais da EDH.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BLATT, M. M.; KOHLBERG, L. The effects of classroom moral discussion upon children's level of moral judgment. *Journal of Moral Education*, London, v. 4, n. 2, p. 129-161, 1975. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0305724750040207>. Acesso em: 20 set. 2021.
- BRABO, T. S. A. M. *Cidadania da mulher professora*. São Paulo: Ícone, 2005.
- BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20 set. 2021.
- BRASIL. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 11. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília, DF: SEF/ MEC, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a Educação Infantil*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano nacional de educação em direitos humanos*. Brasília, DF: MEC, Secretaria de Direitos Humanos; UNESCO, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 maio 2012. Seção 1, p. 48.

BRASIL. Ministério da Educação. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano nacional de educação em direitos humanos*. 2. ed. Brasília, DF: MEC, Secretaria de Direitos Humanos; UNESCO, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base nacional comum curricular: educação é a base*. Brasília, DF: MEC, 2017.

CASTRO, R. P. Educação, relações de gênero e sexualidades: experiências de estudantes de pedagogia. *Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 25, n. 45, p. 203-214, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/2295/1601>. Acesso em: 20 set. 2021.

COSTA, A. P.; RIBEIRO, P. R. M. Ser professora, ser mulher: um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de pedagogia. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 475-489, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200011/19397>. Acesso em: 20 set. 2021.

DINIS, N. F.; CAVALCANTI, R. F. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação em pedagogia. *Pro-Posições*, Campinas, v. 19, n. 2, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/SNKTXVsFPGGPnfqGT9JsVdz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

FURLANI, J. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016a.

FURLANI, J. *“Ideologia de Gênero”?: explicando as confusões teóricas presentes na cartilha*. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC, Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 2016b. Disponível em: <http://papodecorujas-jimenaefurlani.blogspot.com/2016/01/furlani-jimena-ideologia-de-genero.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.

HARDING, S. *The science question feminism*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1986.

KOHLBERG, L. *Psicologia del desarrollo moral*. Bilbao, Espanha: Editorial Desclée de Brouwer, 1992.

LINS, B. A.; MACHADO, B. F.; ESCOURA, M. *Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola*. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

NOGUEIRA, C. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

ORIANI, V. P. *Direitos humanos e gênero na Educação Infantil: concepções e práticas pedagógicas*. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Marília, 2011.

ORIANI, V. P. Professores e professora na Educação Infantil: trabalho avaliado com dois pesos e duas medidas. In: BRABO, T. S. A. M. *Direitos humanos, ética, trabalho e educação*. São Paulo: Ícone, 2013.

PALMA, Y. A.; PIASON, A. S.; MANSO, A. G.; STREY, M. N. Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2015000300016](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300016). Acesso em: 20 set. 2021.

REST, R. J.; NARVAEZ, D.; BEBEAU, M. J.; THOMA, S. J. *Postconventional moral thinking: a neo-kohlbergian approach*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SILVA, M. E. F. Relevância dos temas gênero e sexualidades para a educação escolar de crianças: o que pensam os(as) pedagogo(as)? *Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva*, Santiago, v. 14, n. 1, p. 69-83, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/rlei/v14n1/0718-7378-rlei-14-01-69.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

SILVA, M. E. F.; BRABO, T. S. A. M.; MORAIS, A. Educação em direitos humanos e desenvolvimento moral na formação docente: a influência da religiosidade em tempos de “ideologia de gênero”. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 21, n. esp. 2, p. 1260-1282, nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10173>. Acesso em: 20 set. 2021.

SILVA, M. E. F.; BRABO, T. S. A. M.; SHIMIZU, A. M. Avanços e retrocessos nas políticas públicas educacionais contemporâneas: censuras e supressões referentes a gênero e sexualidades em documentos oficiais de educação (1997-2015). *Educação em Debate*, Fortaleza, v. 41, n. 80, p. 93-110, set./dez. 2019. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/educacaoemdebate/article/view/72636>. Acesso em: 20 set. 2021.

SILVA, M. E. F.; BRABO, T. S. A. M.; MORAIS, A. Gênero na formação em Pedagogia: concepções de futuras(os) docentes a partir de cinco conceitos. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 37, p. 1-22, e234142, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/NzrH6FMMS799JjtNkQRJ3Vvk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2021.

SILVA, M. E. F.; MACIEL, T. S.; BRABO, T. S. A. M. Direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBT: a relação agridoce entre gênero e educação em meio a desafios contemporâneos. *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, v. 7, n. 2, p. 157-168, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/4448/3211>. Acesso em: 20 set. 2021.

SOUZA, L. L.; MOTA, G. B.; SILVA, M. E. F. Notas sobre políticas do conhecimento na formação de educadorxs em gênero e sexualidades. *In: LEMOS, F. C. S. et al. (org.). Apropriações da arqueogenealogia e cartografia em agenciamentos com a psicologia social e política.* Curitiba: CRV, 2021. No prelo.

VENTURINI, A. M.; BARBOSA, A. L. S.; SILVA, R. C. S. O que dizem os marcos legais para abordagem de gênero e sexualidades na escola? *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 5., 2017, Salvador. Anais [...]* Salvador: UNEB, 2017. p. 1-8.

